

TRABALHO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Work and education of youth and adults in contemporary society

BICALHO, Ramofly ¹
JARDIM, Anilda ²

RESUMO

O objetivo deste estudo é apresentar algumas reflexões acerca das relações entre trabalho e Educação de Jovens e Adultos, além de destacar a importância da educação escolar básica na qualificação do cidadão/trabalhador, considerando que grande parte desses estudantes buscam, no sistema educacional, oportunidades de qualificação para o mercado de trabalho. Utilizamos como quadro teórico, predominantemente, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005); Saviani (1996); Frigotto (2010, 2013) e Pochmann (2011, 2015). O lócus deste estudo foi o Instituto Federal do Amapá, IFAP – Campus Macapá. Os sujeitos da pesquisa foram 57 discentes do 4º, 5º e 7º semestres, além de 14 docentes do Curso Técnico em Alimentos do PROEJA. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados a aplicação dos questionários para os sujeitos da pesquisa: estudantes e professores. Em nossas considerações finais, apontamos que nem sempre a formação profissional é garantia de emprego, uma vez que atualmente há uma redução em relação à oferta de trabalho, evidenciando discrepâncias entre o sistema educacional e as novas exigências do sistema produtivo. As modificações nas relações de trabalho ocorridas atualmente demandam uma reorganização do sistema educacional brasileiro que, na configuração atual, não consegue atender as necessidades do mercado de trabalho. Nesse sentido, a formação integral e multidisciplinar pode colaborar com possíveis intervenções na realidade dos sujeitos, individuais e coletivos.

Palavras chave: Educação de Jovens e Adultos. Formação Profissional. Mundo do Trabalho.

ABSTRACT

The objective of this study is to present some reflections about the relationship between work and education of young people and adults, as well as the importance of basic school education in the qualification of the citizen / worker, considering that a great part of these students seek, in the educational system, qualification opportunities for the labor market. We used as theoretical framework, predominantly, Frigotto, Ciavatta and Ramos (2005); Saviani (1996); Frigotto (2010, 2013) and Pochmann (2011, 2015). The locus of this study was the Federal Institute of Amapá, IFAP - Macapá Campus. The subjects of the research were 57 students from the 4th, 5th and 7th semesters, in addition to 14 teachers from the Technical Course in Food of PROEJA. We used as instruments of data collection, the application of questionnaires to the subjects of the research: students and teachers. In our final considerations, we understand that vocational training is not always a guarantee of employment, since there is currently a reduction in labor supply, evidencing discrepancies between the educational system and the new requirements of the productive system. The changes in the labor relations that currently take place require a reorganization of the Brazilian educational system, which in the current configuration can not meet the needs of the labor market. Therefore, the integral and multidisciplinary training can collaborate with possible interventions in the reality of the subjects, individual and collective.

Keywords: Youth and Adult Education. Professional qualification. World of Work.

¹ Docente do Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Campus Seropédica, na Licenciatura em Educação do Campo, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc). Doutor em Educação. E-mail: <ramofly@gmail.com>.

² Mestre em Ciências pela UFRRJ, Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Amapá (IFAP). E-mail: <anilda.jardim@ifap.edu.br>.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto da dissertação de mestrado, desenvolvida durante dois anos, no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola o PPGEA, da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e que teve como objetivo geral, investigar a percepção dos docentes e discentes acerca da valorização dos saberes prévios dos estudantes do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) nas práticas docentes do Curso Técnico de Alimentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá IFAP- *Campus* Macapá.

Conforme o Decreto nº 5.840/2006, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, prevê a qualificação profissional e a elevação da escolaridade de trabalhadores brasileiros acima de 18 anos que não conseguiram concluir o ensino médio regular. Esse Programa surge, no Instituto Federal do Amapá – IFAP, como uma possibilidade de atender a demanda por profissionais com qualificação na área de produção alimentícia no Estado, conforme salienta o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Alimentos, modalidade PROEJA (2012, p. 4), objetivando o aproveitamento do potencial local, a fim de alavancar o processo de produção alimentar e verticalizar a economia.

Nossa intenção é mostrar que as relações entre educação e trabalho estão interligadas. Em razão disso, elas se produzem e reproduzem no interior da escola, por meio de currículos, metodologias, organização e práticas. Nessa conjuntura, é de fundamental importância entender como a escola se articula e qual o papel desempenhado por ela na sociedade, enquanto instituição de formação do cidadão trabalhador, inserido em um contexto social capitalista.

Em nossa sociedade, a escola ainda é vista como meio de ascensão social e, mesmo não sendo o único, se constitui em uma das mais importantes fontes de acesso ao conhecimento sistematizado. Por outro lado, a educação básica, mesmo sendo gratuita e assegurada pelo poder público, não tem sido suficiente para garantir a permanência na escola de muitos estudantes que, por vezes, são obrigados a abandonar seus estudos e trabalhar para contribuir no sustento de suas famílias.

Nesse contexto estão inseridos os jovens e adultos que, por diversos motivos, tiveram seus estudos interrompidos. No retorno à escola, buscam uma formação profissional, visando galgar melhores possibilidades de emprego e salário. Tal fato atribui às instituições educacionais uma importância ainda maior nesse contexto, cabendo-lhes o papel de formação da mão de obra para atender às novas configurações do mundo do trabalho.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o regresso dos estudantes à EJA – Educação de Jovens e Adultos, em várias ocasiões, ocorre em razão dos desafios do mundo do trabalho e da necessidade de nele se inserirem e permanecerem. Nesse sentido, o PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – pode ser uma alternativa concreta para futuras mudanças nas condições de vida desses trabalhadores, apontando caminhos de transformação social e consolidação desse direito, como preconiza Moll (2010) apud Costa (2013, p. 75):

No que tange ao debate do direito, a inserção de milhões de jovens e adultos tem como condição primeira a escolarização básica obrigatória, pública, gratuita e de qualidade, integrada à formação para o trabalho, na perspectiva dos vários conhecimentos complexos que possibilitem ao trabalhador condição de dirigente e não de dominado pelo mundo do capital. O Proeja é sinal para construção de uma política pública de aproximação entre escolarização e profissionalização, portanto, possibilidades de alargar as condições dos jovens e adultos inserirem nos espaços escolares da educação básica.

Para Saviani (1996), a partir da década de 60, com o surgimento da “teoria do capital humano”, a educação passou a ser entendida pelos críticos como algo decisivo no desenvolvimento econômico. Considera-se que a educação, além de potencializar o trabalho, é funcional ao sistema capitalista, não apenas enquanto aparelho ideológico, mas também enquanto qualificadora da mão de obra e força de trabalho.

Sendo assim, justificamos a necessidade desse estudo, considerando que boa parte dos educandos jovens e adultos retorna aos bancos escolares com o objetivo de qualificar-se para o mercado de trabalho. Nesse sentido, como propiciar uma formação aos educandos do PROEJA para que estes possam atingir melhores condições de vida, numa sociedade excludente e competitiva?

O *lócus* deste estudo foi o Instituto Federal do Amapá, IFAP – *Campus* Macapá. Os sujeitos da pesquisa foram 57 discentes do 4º, 5º e 7º semestres, além de 14 docentes do Curso Técnico em Alimentos do PROEJA. Utilizamos como instrumento de coleta de dados, a aplicação de questionários para os sujeitos da pesquisa: estudantes e professores. Segundo Gil (2014), o questionário é uma técnica de investigação com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, entre outros aspectos. O questionário consiste, basicamente, em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas colaboram para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses construídas durante o planejamento da pesquisa. A elaboração das questões constitui o elemento fundamental do questionário.

Os questionários foram previamente elaborados com perguntas abertas e fechadas para estudantes e professores do Curso Técnico em Alimentos do PROEJA / IFAP. Para traçar o perfil sócio educacional dos estudantes, optamos por um questionário fechado, composto de 15 perguntas, que incluiu informações sobre idade, estado civil, escolaridade, tempo de afastamento escolar, renda familiar e expectativas futuras em relação ao curso. Utilizamos ainda outro questionário composto de nove perguntas abertas e fechadas, buscando avaliar a inclusão dos saberes prévios dos estudantes nas estratégias de ensino.

Para os professores do PROEJA, optamos por um questionário semiaberto, composto de 17 perguntas, com a intenção de traçar um perfil da formação inicial e complementar dos docentes que incluía gênero, idade, tempo de formação e atuação no PROEJA, além de uma parte específica, ressaltando os saberes valorizados nas práticas docentes e sua relação com a história de vida dos estudantes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Frigotto (2010), a política educacional brasileira, após a década de 1960, tem seu suporte básico na teoria do capital humano, juntamente com a política

econômica, associada ao capital internacional. Nesse contexto, o progresso técnico não só gera novos empregos, como exige uma qualificação cada vez mais apurada, além de que o investimento no capital humano, via escolarização, garantiria acesso aos graus mais elevados de ensino e a um trabalho qualificado, com níveis de renda cada vez mais elevados.

Porém, para Frigotto (2010), após uma década e meia, o que se verifica concretamente é que, ao contrário de mais empregos para os egressos do ensino superior, há, cada vez mais, um exército de “ilustrados” desempregados ou subempregados. Para esse autor, “A desqualificação da escola e ao mesmo tempo, o aumento da escolaridade desqualificada são amplamente funcionais aos interesses da burguesia nacional associada ao capital internacional” (FRIGOTTO, 2010, p. 38). Na opinião de outro teórico:

Quanto mais se avança o processo urbano industrial, mais se coloca a exigência da expansão escolar. [...] A escola está ligada a esse processo como agência educativa ligada às necessidades do progresso, às necessidades de hábitos civilizados que corresponde à vida nas cidades. E a isto também está ligado o papel político da educação escolar, enquanto formação para a cidadania, formação do cidadão. Significa formar para a vida na cidade, para serem sujeitos de direitos e deveres na sociedade moderna, centrada na cidade e na indústria (SAVIANI, 1996, p. 156 - 157)

No entanto, a Educação de Jovens e Adultos não pode ser vista como uma mera formação e adequação para o mercado. Ela pode ser considerada uma ponte para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (CF. Art. 205). Segundo Costa (2013), o despertar para EJA surge em razão de uma nova tarefa colocada para o indivíduo, a de superar por meios próprios os novos condicionantes políticos e econômicos, em decorrência das transformações do novo mundo do trabalho.

De acordo com Santos (2005, apud Costa 2013, p. 1), “o indivíduo é chamado a ser senhor do seu destino, quando tudo parece estar fora do seu controle”. Ele seria assim responsável por sua alienação. Segundo a autora, “tal alienação é resultante não da exploração do trabalho assalariado, mas da ausência dele”. Segundo Frigotto (2010 apud Costa, 2013, p. 75), “O Brasil vive uma dualidade: constituir-se como nação onde os sujeitos de direito possam gerar sua própria existência, ou a subsistência do projeto de subordinação e dependência da hegemonia do capital”.

Ainda de acordo com Frigotto (2013, p. 13), “vivemos em um mundo marcado por profundas mudanças nos planos econômico-social, ético-político, cultural e educacional. Trata-se de uma crise do processo civilizatório”. O capitalismo, cada vez mais centrado nas novas tecnologias microeletrônicas associadas à informática, rompe com as fronteiras nacionais e globaliza-se de forma violenta e excludente sem precedentes. Segundo o autor, essa nova base científico-técnica, quando incorporada ao processo produtivo, permite que as economias cresçam, aumentando a produtividade e diminuindo os postos de trabalho.

A lógica do modo de produção capitalista se caracteriza pelos altos índices de desigualdades sociais e pela exclusão de dezenas de milhões de trabalhadores brasileiros, em relação aos bens materiais e culturais. Essas pessoas acabam se

sujeitando ao excludente regime capitalista de produção, tornando-se vulneráveis às diversas formas de desemprego. Quando empregadas, geralmente, recebem baixa remuneração. “A pressão do desemprego e o encolhimento dos direitos sociais fazem com que se aceite qualquer ocupação” (POCHMANN, 2011, p. 5).

No dizer de Frigotto (2005), as políticas neoliberais e a hegemonia do capital especulativo traduzem uma realidade sintetizada por Robert Castel (2005) dentro de três tendências: 1) a desestabilização dos trabalhadores devido à incorporação das novas tecnologias ao processo de produção e a permanente ameaça de perda do emprego; 2) a precariedade do trabalho, terceirização, emprego temporário e, por último, 3) o aumento do exército de reserva disfuncional de trabalhadores.

De acordo com Pochmann (2015), nos primeiros meses de 2015, a evolução da taxa de desemprego e a faixa etária dos desempregados, seguiram diferenciadas. A desocupação cresceu menos para faixa etária de 15 a 17 anos (19,3%), ao passo que, para trabalhadores de 50 anos ou mais, a taxa de desemprego aumentou 45,4% entre janeiro e julho de 2015. Nas faixas etárias de 18 a 24 anos e 25 a 49 anos, o crescimento da taxa de desemprego foi de 43,4% e 44,2%, respectivamente. Quanto ao grau de escolaridade, a trajetória recente do desemprego tem sido mais intensa para aqueles estudantes que possuem menos tempo de estudo. Assim, por exemplo, a taxa de desemprego cresceu 34,6% para trabalhadores de 11 ou mais anos de escolaridade, entre os meses de janeiro e julho de 2015. Para trabalhadores com até 08 anos de escolaridade, a taxa de desemprego cresceu 52,4% no mesmo período. Entre trabalhadores de 8 a 10 anos de estudos, a taxa de desemprego aumentou 49,3%. (POCHMANN, 2015).

Esses dados indicam que a parcela mais vulnerável aos efeitos do desemprego tem sido aquela formada por pessoas com baixos índices de escolaridade e que não tiveram acesso ao sistema formal de educação, constituindo-se do público da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Pensar a educação de jovens e adultos significa, sobretudo, falar de jovens e adultos, trabalhadores-alunos, que formam e são formados ao longo da história, no seio das relações sociais de produção, marcadas pela exclusão e marginalização da maioria da população (FRIGOTTO, 2010 apud COSTA, 2013, p.60).

Kuenzer (2013, p. 70) aponta que, numa sociedade excludente como a nossa, os indivíduos considerados em situação de risco social não terão chance de emprego formal. A baixa escolaridade e a não compreensão dos instrumentos básicos da ciência e cultura, dificultam o acesso aos postos de trabalho como veremos na citação a seguir:

A oferta generalizada de cursos rápidos de qualificação profissional com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador não tem mostrado melhorar as condições de inserção no mundo do trabalho daqueles em situação de risco social, geralmente com precária escolarização e precariamente “socializados” segundo o modelo urbano tecnicamente desenvolvido (KUENZER, 2013, p. 68).

No dizer de Pochmann (2011), a baixa escolaridade dos filhos dos pobres, bem como o ingresso muito cedo no mercado de trabalho, tem como consequência a ocupação dos piores postos de trabalho, ampliando o processo discriminatório dos

jovens/adultos e o de gênero. De acordo com a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o desemprego entre os jovens tem contribuído para o aumento do índice de violência, prostituição e consumo de drogas. Em alguns países, ameaçando, inclusive, a estabilidade social e o progresso econômico, conforme é dito a seguir:

O desemprego juvenil é crítico por ser muito alto e pelo fato de, nos últimos anos, ter crescido mais que o desemprego geral. Na maioria dos países da União Europeia e da América Latina, as taxas de desemprego aberto entre os jovens de 15 a 24 anos são aproximadamente o dobro das taxas dos adultos (OIT, 2001, p.9).

A carência de um sistema educacional eficiente se evidencia quando verificamos que o desemprego juvenil decorre muitas vezes da falta de qualificação profissional, considerando que muitos postos de trabalho disponíveis deixam de ser preenchidos por deficiência de mão de obra especializada. Ainda segundo a OIT:

O desemprego juvenil é agravado pelos índices de baixa escolaridade, pela insuficiência e deficiência do ensino básico e médio (apesar das reconhecidas melhorias recentes) e, até certo ponto, pela defasagem entre as demandas do mercado de trabalho e a oferta do complexo multi-institucional de capacitação profissionalizante existente (OIT, 2001, p.14).

As transformações no sistema capitalista e a internacionalização da produção, decorrentes da revolução tecnológica, sobretudo nas áreas de informática e nas telecomunicações, têm gerado grandes mudanças no perfil da demanda do trabalhador, exigindo dele uma maior capacitação para poder adaptar-se aos novos desafios propostos no complexo mundo do trabalho.

Segundo Ciavatta (2013, p.100), a formação dos trabalhadores aponta para um mundo de incertezas. A autora entende que a nova realidade produtiva e organizacional do trabalho põe em dúvida a formação técnica profissional dos trabalhadores, tendo em vista o crescimento do desemprego diante das transformações impostas pela globalização econômica. A Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR) do Ministério do Trabalho (Brasil, 1995), por exemplo, busca resgatar a qualificação por meio de projetos de educação profissional que valorizem a competência do trabalhador. Segundo Ciavatta (2013, p. 105):

A Educação seria hoje uma necessidade da empresa, interesse dos trabalhadores e da própria sociedade, dentro de uma “estratégia integrada, construída mediante articulação entre os vários atores sociais”. [...] implica “repensar a educação geral e profissional “diante de um novo” perfil de competências no mercado de trabalho” de modo que teria começado a perder sentido a “dicotomia educação profissional e a correspondente separação de campos de atuação entre instituições educacionais e de formação profissional”. No contexto brasileiro, [...] por tradição, a formação técnica profissional tem sido decidida no campo técnico-empresarial, o mercado. Esta concepção é ambígua e tende a reduzir a educação ao atendimento às necessidades do mercado de trabalho e à lógica empresarial.

Milhares de jovens que necessitam ingressar, cada vez mais cedo, no mercado de trabalho, a fim de garantir sua subsistência, terminam por não concluir o ensino médio, optando, por cursos profissionalizantes de curta duração, como por exemplo, o PRONATEC,³ que nem sempre garantem a ocupação imediata nos postos de trabalho.

³ PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país.

Para Frigotto (2014), oferecer cursos técnicos rápidos a pessoas que não completaram a educação básica não resolve o problema da falta de mão de obra capacitada no país. Diante da crise estrutural do desemprego e da desigualdade social, Frigotto (2013) afirma que as políticas de formação técnico-profissional de qualificação para os países “não desenvolvidos” ou “em desenvolvimento” se baseiam no ajustamento das bases científicas e tecnológicas concebidas a partir da educação básica, desenvolvendo habilidades e competências básicas no plano do conhecimento para gestão da qualidade, produtividade, competitividade e, conseqüentemente, empregabilidade.

Trata-se de uma educação e formação que desenvolvam habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências para gestão da qualidade, para a produtividade e competitividade e conseqüentemente, para a “empregabilidade”. Todos estes parâmetros devem ser definidos no mundo produtivo, e, portanto, os intelectuais coletivos confiáveis deste novo conformismo são os organismos internacionais (banco Mundial, OIT) e os organismos vinculados ao mundo produtivo de cada país (FRIGOTTO, 2013, p.45).

Para Frigotto (2013), a pedagogia das competências e da empregabilidade constitui-se, no plano cultural, em uma ideologia do capitalismo flexível, uma nova forma de intensificação da exploração do trabalho e de “corrosão do caráter” dentro do lema de que “não há longo prazo”. Essa ideologia repassa o ideário de que o problema do desemprego não está na estrutura social, mas na falta de competência individual do trabalhador. Para Arroyo, (1999 apud MORO, 2012, p. 32) as relações sociais com as quais o trabalhador se depara, não definem quais competências e habilidades devem ser dominadas no seu processo de formação humana, mas como compreender o trabalhador em sua totalidade. “A questão não é em que aspectos o capacitar para tornar mais “empregável”, mas que trabalhador (a) constituir, formar”.

Ramos (2005) ratifica que é preciso superar a pedagogia das competências. Sua reiteração como orientação curricular para o ensino médio e a educação profissional nega o ser humano como sujeito pleno de potencialidades e adapta o indivíduo à flexibilidade do mercado de trabalho. Ramos defende ainda um currículo integrado em que os sujeitos históricos, individuais e coletivos se realizem, produzindo suas existências para o enfrentamento consciente da realidade.

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a política de Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve situar-se na compreensão do trabalho como princípio educativo, considerando suas características ontológicas e especificidades históricas. O trabalho não pode ser excluído como realidade concreta na vida das pessoas. Estas devem ser encaradas enquanto sujeitos que produzem sua existência, em um sistema de relações contraditórias e desiguais. Nesse debate, implica superar a visão utilitarista e reducionista de trabalho, por meio da conscientização do trabalhador quanto a sua situação. Isso se faz por meio de processos coletivos e organizados, com práticas que visem à transformação das relações sociais desumanizadoras. Ainda segundo esses autores: “A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos construir outras relações, nas quais o trabalho se torne manifestação de vida e, portanto, educativo” (FRIGOTTO, 1989 apud FRIGOTTO et al, 2005 p. 66).

No dizer de Frigotto (1987), o operário é produtor de conhecimento particular, próprio, isto é, saberes que são intrínsecos ao trabalhador, determinando sua consciência de realidade e de classe. Os estudantes da EJA são produtores de saberes do trabalho, construídos através de suas histórias de luta, memórias, identidades, de sindicatos e movimentos sociais. Tais saberes devem ser reconhecidos pela escola e contextualizados em sala de aula. A prática pedagógica deve ser redimensionada, considerando a realidade concreta de vida dos estudantes da EJA, devendo contemplar em seus currículos, possíveis articulações entre o conteúdo escolar e os conhecimentos prévios adquiridos pelos estudantes em seus espaços / territórios de origem. Por fim, levá-los a reflexões sobre as novas formas de trabalho, visando propor alternativas de enfrentamento às inúmeras instabilidades do mundo contemporâneo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O questionário aplicado aos docentes e discentes do Curso Técnico em Alimentos possibilitaram os seguintes resultados: conforme expressiva percepção dos professores, os estudantes do PROEJA possuem características bem definidas. Nas transcrições abaixo, são mencionadas algumas respostas dos professores, que possibilitam uma prévia daquilo que os estudantes representam:

Alunos oriundos de famílias de baixa renda; a idade varia de 24 a 60 anos; desempregados ou subempregados; grandes expectativas no curso que frequenta; muitas experiências de vida (Docente 1);

Os alunos são adultos que já vêm para o IFAP, carregado do trabalho, por conta disso muitas vezes ficam dispersos (Docente 2);

Os alunos do PROEJA IFAP, tem um perfil socioeconômico baixo e tem muitas dificuldades de interpretação (Docente 3);

Conforme os dados constatados nas falas dos docentes, a maioria dos estudantes do PROEJA / IFAP são adultos trabalhadores desempregados ou subempregados. Alguns, inclusive, com dificuldades cognitivas devido ao baixo nível de estudo e ao tempo de afastamento escolar. Muitos têm dificuldade em conciliar suas trajetórias de vida com as exigências escolares, em razão da rotina imposta pela necessidade de sobrevivência. “São estudantes que apresentam uma dificuldade muito grande, isso devido ao longo tempo parado sem estudar, e que muitas vezes não conseguem se adaptar com o ritmo de estudo” (Docente 3). De acordo com Oliveira (2004, p. 60, 61), o adulto é alguém que:

Está inserido no mundo do trabalho e das relações interpessoais de um modo diferente daquele da criança e do adolescente. Traz consigo uma história mais longa (e provavelmente mais complexa) de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo externo, sobre si mesmo e sobre as outras pessoas. [...] em situações de aprendizagem, essas peculiaridades da etapa de vida [...] fazem com que ele traga consigo diferentes habilidades e dificuldades (em comparação com a criança) e, provavelmente, maior capacidade de reflexão sobre o conhecimento e sobre seus próprios processos de aprendizagem.

Os resultados apontaram que o perfil sócio econômico dos estudantes do PROEJA quanto à faixa etária, situa-se entre 20 a 29 anos (39%), 27% estão na faixa entre 30 a 40 anos, 23% apresentam idade entre 41 a 50 anos e 11% estão acima dos 50 anos. A presença marcante dos jovens e adultos em sala de aula, particularmente nas escolas noturnas, se deve ao fato de reconhecerem a importância dessa instituição em suas vidas, mesmo sabendo que enfrentarão dificuldades no decorrer da trajetória escolar. Daí a necessidade de o sistema educacional dar visibilidade a esse expressivo número de jovens e adultos. Segundo Andrade (2004, p. 51):

Valorizar esse retorno é fundamental para torná-lo visível, já que representa a chance que, mais uma vez, esse jovem está dando ao sistema educacional brasileiro de considerar a sua existência social, cumprindo o direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros terem acesso à escolaridade básica.

Quanto ao estado civil dos respondentes, notou-se que 49% dos estudantes são solteiros, 30% são casados, 19% possui relacionamento estável e 2% são separados, divorciados ou desquitados. Quanto à etnia, 17% dos estudantes consideram-se brancos, 14% negros e 68% pardos. Não há presença de outras etnias no Proeja do IFAP. Conforme os resultados, o gênero feminino predomina entre os educandos, com 87,7% do total. Os 12,3% restantes são do gênero masculino. “No caso de alimentos, em que eu atuo, são maioria mulheres, em uma turma de 30 alunos, tem no máximo três homens, a maioria trabalha, em casa ou fora” (Docente 3).

Esse índice aponta uma acentuada predominância de mulheres na procura por cursos da área técnica de alimentos, talvez por serem carreiras mais identificadas com o trabalho profissional feminino, ou mesmo, em função da histórica divisão sexual do trabalho, já que as mulheres, até o final da década de 60, desempenhavam funções de cunho, predominantemente, doméstico, tais como: preparar alimentos, doces, salgados, bordar entre outros trabalhos manuais pouco valorizadas. Quanto ao número de filhos, 14% dos alunos têm 01 filho, 50% têm entre 02 e 03 filhos, 20% têm entre 04 e 10 filhos e 16% não têm filhos.

A respeito da inserção no mercado de trabalho, dos 57 (cinquenta e sete) estudantes, 33% estão exercendo alguma atividade remunerada e 67% declaram-se desempregados. Os dados apontaram um número muito alto de jovens e adultos que são vítimas do desemprego (67%). Esse panorama reforça a afirmativa do documento base (Brasil, 2007, p. 11) de que estudantes trabalhadores fazem parte de um público cerceado dos direitos sociais, em especial, a conclusão da educação básica e o acesso à formação profissional de qualidade. Sendo a educação escolar negada a essa camada da sociedade, uma das consequências será a exclusão do mercado de trabalho.

Os estudantes da EJA fazem parte da parcela mais vulnerável da população brasileira e sofrem os efeitos do desemprego estrutural. Segundo Antunes (2002), a exclusão dos jovens no mercado de trabalho acaba engrossando as fileiras de movimentos neonazistas. Aqueles com cerca de 40 anos ou mais, quando desempregados, dificilmente conseguem reingressar no mercado de trabalho. Sabe-se que o capitalismo rege, de certa forma, o modo de ser do Estado. Os indivíduos se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social, cuja renda financeira está aquém de atender as suas necessidades básicas. Eles são vítimas de sua própria exclusão social, pois a força do capital é exercida sobre a vida dos menos abastados. (ARROYO, 2013)

Apesar de a maioria dos estudantes em busca de qualificação profissional declararem-se desempregados, no quadro abaixo, percebemos que alguns estão inseridos em alguma atividade ocupacional, ainda que na esfera da informalidade e, geralmente, ocupando postos de trabalho com baixa remuneração. Para Oliveira (2004), em termos de uma caracterização geral, os sujeitos adultos são trabalhadores excluídos da escola regular, inseridos no mundo do trabalho em ocupações de baixa qualificação profissional e baixa remuneração. Foi possível ainda identificar que 02 estudantes do PROEJA já exercem alguma atividade na área similar ao Curso Técnico de Alimentos, enquanto os demais se encontram inseridos em outras categorias profissionais.

QUADRO 1
Atividades remuneradas exercidas pelos estudantes

PROFISSÃO	QUANTIDADE
Auxiliar da Construção Civil	01
Garçonete	01
Cozinheira	01
Cobrador de ônibus	01
Doméstica	01
Bolsista IFAP	03
Estudante	02
Diarista	01
Merendeira	01
Servente/Serviço Geral	03
Técnico em agente de saúde	01
Vendedor	03
Estagiário/Vendas/Repcionista/Repositor	04
Outros	34

Fonte: Resultados dos questionários aplicados em novembro de 2015.

Quanto à renda mensal, 63% dos estudantes afirmaram possuir renda de até um salário mínimo, 19% recebem entre 1 a 2 salários mínimos e 18% não responderam. Não houve, dentre os respondentes, ninguém com renda maior que dois salários mínimos. Esses dados revelam que a maioria sobrevive com um salário mínimo mensal e que a renda dos estudantes do PROEJA, Curso Técnico em Alimentos, é de, no máximo, dois salários mínimos, evidenciando as dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelos discentes e seus familiares. Sendo assim, o público que compõe a EJA traz, historicamente, as marcas da exclusão social: a opressão e a negação de direitos. Confirma-se através dos dados que a ideia de trabalho vem precedida pela necessidade de sobrevivência, mesmo que de forma precária.

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais, são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente (BRASIL, 2007, p.11).

Em relação à escolaridade paterna, os dados da pesquisa apontaram que 30% dos pais não possuem escolaridade, 42% não concluíram o ensino fundamental, dos 28% restantes, apenas 7% concluíram o ensino médio e 3% dos pais possuem o ensino superior. Portanto, os dados apontaram um número alto de pais que não tiveram a oportunidade de frequentar as salas de aula. Quanto às mães, 18% não possuem escolaridade, 39% não chegaram a concluir o fundamental. Apenas 21% das mães possuem o ensino fundamental, 10% o ensino médio e 5% possuem ensino superior. Ao compararmos os percentuais, percebemos que os pais possuem menor escolaridade que as mães.

Na maioria dos casos, os estudantes da Educação de Jovens e Adultos são filhos de pais com baixa escolaridade, retratando uma triste herança cultural, social e econômica em nosso país. Muitas vezes os filhos necessitam acompanhar os pais desde cedo no trabalho, realizando atividades para complementar a renda familiar, insuficiente para atender as necessidades básicas como alimentação, moradia, lazer e principalmente educação. Esses aspectos podem gerar um ciclo vicioso que mantém uma parcela da sociedade distante do desenvolvimento social, humano e tecnológico.

Os jovens - adultos populares não são acidentados ocasionais que, ou gratuitamente, abandonaram a escola. Esses jovens e adultos repetem histórias longas de negação de direitos. Histórias coletivas. As mesmas de seus pais, avós, de sua raça, gênero, etnia e classe social. Quando se perde essa identidade coletiva, racial, social, popular dessas trajetórias humanas e escolares, perde-se a identidade da EJA e passa a ser encarada como mera oferta individual de oportunidades pessoais perdidas. (ARROYO, 2005, p. 41).

Guedes (1997, apud ANDRADE, 2004, p. 29,30) relata um estudo realizado com operários, no município de São Gonçalo (RJ), que percebem a escola como indispensável para os filhos até os quinze anos de idade, ou seja, conclusão do ensino fundamental. A partir daí, os pais operários consideram concluída sua obrigação de manter os filhos na escola. Esperam que esta ensine a seus filhos as noções básicas de leitura, escrita e matemática, além de instruí-los a terem “obrigações e a não serem preguiçosos”.

Guedes (1997) afirma que o saber teórico para esses pais é desvalorizado diante do saber fazer. Esse é, inclusive, um dos principais motivos de retorno para uma escola profissionalizante. Para Andrade (2004), a estratégia de escolaridade dos jovens pobres é muito mais produto do esforço individual do que efetivo investimento familiar ou, menos ainda, do próprio sistema educacional.

Quanto ao tempo de afastamento escolar, 48% dos respondentes estavam há mais de 08 anos fora da escola, 24% estavam afastados dos estudos de 01 a 04 anos e 23% entre 04 e 08 anos. O período que ficaram sem estudar, entre ensino fundamental e técnico do PROEJA, reflete as dificuldades quanto à aprendizagem dos conteúdos escolares: “[...] eu creio que o tempo afastado nos deixou mais esquecidos dos conteúdos, e temos muita dificuldade para aprender” (Discente1).

Quando perguntamos aos discentes sobre o motivo da interrupção dos estudos, 51% dos fatores explicativos envolvem a necessidade de cuidar dos filhos; 19% a falta de motivação para estudar e 25% a necessidade de trabalhar e as dificuldades financeiras. Como podemos perceber, as questões familiares são fatores que ainda prevalecem sobre os estudos. Em geral, são as mulheres que abrem mão dos estudos para cuidar

da casa e dos filhos menores, embora saibam que essa escolha poderá afetar sua vida profissional futura. Mais tarde, a maioria delas acaba retornando à escola pelas exigências de compor a renda familiar, insuficiente para garantir a sobrevivência face ao desemprego crescente e à informalidade. Pinto (2013, p. 84) salienta: “[...] esta necessidade está mediada pelas exigências materiais de subsistência da família, determinadas por sua vez, pelas condições de desenvolvimento da sociedade”.

Em várias ocasiões, o afastamento dos estudos envolve a busca pela sobrevivência. Jovens e adultos convivem com a dualidade do trabalho e da escola, ocupando tempo mínimo com estudos e máximo com trabalho. Em sua grande maioria, ingressam muito cedo no trabalho, dificultando o prosseguimento dos estudos.

Quanto aos motivos para a escolha do Curso Técnico em Alimentos, 59% revelaram que querem uma oportunidade de ingressar no mercado de trabalho através do curso. 35% almejam um salário melhor. Esses dados comprovam a intenção dos estudantes de obterem trabalho e salário que atendam suas necessidades após a conclusão do curso. Fica nítida a expectativa de ascensão profissional e aumento da escolaridade, por meio do PROEJA. Esses aspectos podem ser corroborados nas falas dos estudantes, abaixo:

Só de estar aqui no Instituto Federal já é uma grande oportunidade para conseguir melhoras no emprego (Discente 1);

Com o curso vou conseguir me profissionalizar em confeitaria (Discente 2);

Pois, além do aluno concluir o ensino médio, o aluno tem um curso técnico (Discente 3);

Podemos observar que os anseios dos estudantes se dirigem para questões mais urgentes, como a conquista do trabalho, a busca por um salário melhor, a conclusão do ensino médio e a inserção em uma universidade. Esses resultados demonstram o quanto a educação é importante para os jovens e adultos. A formação profissional pode representar alternativas concretas de melhoria nas condições de vida mais emergenciais.

Quanto às expectativas dos estudantes em relação ao futuro, após a conclusão do Curso Técnico em Alimentos, 39% pretendem fazer o Enem e iniciar uma faculdade pública, 18% almejam trabalhar por conta própria, 5% mudar de emprego e 35% enriquecer seus conhecimentos. Conforme dito anteriormente, os estudantes do PROEJA, buscam, através da escolarização, uma melhor qualidade de vida e ascensão profissional. Observamos, predominantemente, que a pretensão futura dos estudantes do PROEJA é a continuidade dos estudos, através do curso superior.

Compreendemos a importância de esses estudantes ocuparem outros espaços, integrando-se socialmente, além de conhecerem novos sujeitos, individuais e coletivos. Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos sabem que o diploma é importante para ingressar no mercado de trabalho. Embora não seja suficiente, ainda é indispensável como garantia de um possível ingresso neste mercado. O desemprego é uma marca evidente de nossos dias, vivido de forma trágica pelos jovens (BRUNEL, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da pesquisa apontaram que os motivos mais recorrentes para os estudantes retornarem à sala de aula, privilegiando o Curso Técnico em Alimentos,

foi o aumento da oportunidade de ingresso no mercado de trabalho e a melhoria salarial. Esses apontamentos demonstram que a busca por uma qualificação tem sido determinante para o ingresso no mercado de trabalho, nem sempre favorável. Nos últimos anos, com a crise estrutural e as transformações no sistema produtivo, há um grande número de trabalhadores desempregados e outros ocupando empregos temporários sem qualquer qualificação (ANTUNES, 2002, p. 44).

Os estudantes da EJA, embora com trajetórias escolares descontínuas, histórico de exclusão social e negação de direitos, geralmente retornam ao sistema escolar, apostando na possibilidade de mudança de vida para si e seus familiares. Buscam, assim, qualificar-se profissionalmente frente à crise do desemprego que perpassa a sociedade e tem atingido fortemente os jovens e adultos. É extremamente necessário que o sistema educacional e os espaços escolares compreendam que esses sujeitos são portadores de direitos, necessidades, vivências, desejos e vontades (ANDRADE, 2004).

Os dados da pesquisa que fundamentam essa análise indicam que a maioria dos estudantes do PROEJA/IFAP encontram-se em situação de desemprego. Dentre estes, boa parte é composta de mulheres que estão inseridas em atividades informais de baixa remuneração, atuando como diaristas, domésticas, garçonetes, cozinheiras, merendeiras, ou em serviços gerais e outras ocupações sem nenhuma qualificação profissional, com renda de até um salário mínimo mensal. Tais fatores denotam que a opção pelo Curso Técnico em Alimentos está associada às necessidades imediatas do mercado de trabalho, conforme evidenciado nos motivos da escolha do curso.

Por outro lado, apesar da qualificação profissional, o sistema produtivo não consegue absorver a grande demanda de trabalhadores excluídos, restando-lhes a opção por empregos temporários, alguma experiência profissional e futura colocação no trabalho formal. No entanto, a qualificação técnica é de fundamental importância, pois garante mão de obra especializada e possíveis vantagens em relação aos candidatos que, porventura, não possuam qualificação.

Por fim, reiteramos que a escola não pode se limitar, apenas, à formação reducionista e conservadora para o trabalho. Entendemos que é preciso se constituir como mecanismo de resistência da classe trabalhadora, na busca de alternativas de enfrentamento ao desemprego, numa luta social mais ampla que envolva o processo de conscientização do estudante trabalhador. Importante ainda problematizar as questões relacionadas ao mundo do trabalho, aproximando as práticas pedagógicas da realidade concreta dos educandos, uma vez que o trabalho moderno exige dos trabalhadores, além da técnica, formação consistente que estimule os estudos, capacidade de criação, comunicação e expressão diante da realidade atual e da intensidade das inovações tecnológicas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E.R. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens: In OLIVEIRA, I.B. de e PAIVA, J. (Orgs). **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P; FRIGOTTO, G. (Org.). **A Cidadania Negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

ARROYO, M.G. **Educação de Jovens e Adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. Caderno de textos: 1ª Conferência Municipal de Educação de Contagem – MG. p.39-56. Contagem, MG. 2005.

ARROYO, M.G. **Educação e exclusão da cidadania**. Disponível em: <portoeduca.blogspot.com/2013/06/miguel-g-arroyo.html>. P.1-10. Acesso em 23 abril 2016.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei Federal nº 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dez.1996.

BRASIL. Documento Base do PROEJA: **Formação Inicial e Continuada/Ensino Fundamental**. Brasília, DF, 2007a.

BRASIL. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR). **Ministério do Trabalho**. Brasília, DF, 1995.

BRUNEL, C. **Jovens cada vez mais jovens na Educação de jovens e Adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CASTEL, R. **A insegurança social**: o que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005.

CIAVATTA, M. F. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e Crise do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2013.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Org.). São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **A política de educação profissional no governo Lula**: um percurso histórico controvertido. Educação & Sociedade. Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005.

COSTA, C. G. **Desafios da EJA em face das transformações do trabalho**. Rev. Lugares de Educação [RLE]. Bananeiras/PB, v.3 n.6, 90-103, 2013. ISSN 2237-1451.

COSTA, C. B. **Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o mundo do trabalho**: trajetória histórica de afirmação e negação de direito à educação-Paidéia. Belo Horizonte, Ano 10 n. 15 p. 59-83, jul./dez. 2013.

COSTA, C.B. **Trabalhadoras-alunas da EJA**: desafios da sobrevivência e a permanência na escola. P.1-17, 2008. Disponível em <33_reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/.../GT09-6737--Int.pdf>. Acessado em 23 abril 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G; et al (org.). **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G; et al (org.). **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um reexame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **O trabalho como princípio educativo no projeto Educação integral de trabalhadores**. Caderno de textos: 1ª Conferência Municipal de Educação de Contagem – MG. P. 64-78. Contagem, MG. 2005.

FRIGOTTO, G. Trabalho, Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador: Impasses Teóricos e Práticos. In: GOMES, Carlos M. **Trabalho e conhecimento**: Dilemas na Educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1987.

FRIGOTTO, G. et al (Org.). **Educação, Crise do Trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRIGOTTO, G. **Educador critica Pronatec e diz que projeto favorece rede privada**. 01 de jul.2014. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2014.

KUENZER, A. Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Educação e Crise do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MORO, D. A. Guilherme. **Do trabalho para a escola**: olhares de trabalhadores- estudantes e professores sobre as relações entre o saber da prática e o saber da escola. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia. Curitiba, 2012.

OLIVEIRA, M. K. **Ciclos de vida**: algumas questões sobre a psicologia do adulto. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 211 - 229, 2004. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/tycho/produçãoacademica/fe/edf/CV32.html>>. Acesso em 10 março 2016.

OLIVEIRA, I. B.; PAIVA, J. (orgs). **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

Organização Internacional do Trabalho. **Desemprego juvenil no Brasil**: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais. 2.ed.- Brasília: OIT, 2001.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: Cortez, 2013.

POCHMANN, M. **Desemprego no ajuste fiscal**. Rede Brasil Atual, Setembro/2015.

POCHMANN, M. **Extensão e intensificação do trabalho**. Ed. 98. Revista Fórum. Mai.de 2011.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado: In: FRIGOTTO, G; et al (org.). **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J. et al (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1996.

Data da submissão: 04/06/2017

Data da aprovação: 28/01/2018